

FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Nelson Afonso Garcia Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

Raquel Riffel

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

Marco Carvalho de Pinho

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

RESUMO

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, mais conhecido como Chico de Oliveira, é um importante sociólogo brasileiro que ao longo dos anos vem desenvolvendo um significativo trabalho voltado para as questões de Desenvolvimento Regional no Brasil. Este artigo intitulado “Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira: principais contribuições para a compreensão do processo de Desenvolvimento Regional no Brasil” tem como principal objetivo compreender o processo de Desenvolvimento Regional no Brasil a partir da implementação do sistema capitalista. A pesquisa contou com a revisão bibliográfica de algumas das principais obras e textos/artigos de Chico de Oliveira. Os principais resultados sinalizam que: O sistema capitalista está intrinsecamente ligado à industrialização. O processo de regionalização no Brasil tem como um de seus principais fatores o financiamento público de empresas privadas e o desenvolvimento e aplicação de políticas de incentivos fiscais tais como a isenção de impostos. Embora essas políticas incentivem o crescimento da industrialização, isso não implica em um desenvolvimento social igualitário, muito pelo contrário, gera a acumulação de capital por parte de grandes empresas e o empobrecimento da população no geral. A partir dessas colocações Chico nos apresenta na obra “O ornitorrinco” algumas análises para contribuir na redução da desigualdade social no Brasil e aponta a Reforma Política e o orçamento participativo como principais fatores.

Palavras Chave: Capitalismo dependente, Subdesenvolvimento, Desenvolvimento Regional/Local, Relações capital-trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A questão regional vem sendo discutida ao longo dos anos pelo sociólogo brasileiro Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, mais conhecido como Chico de Oliveira. Este artigo tem como uma de suas proposições, identificar algumas das contribuições do referido autor para a compreensão do processo de formação do regionalismo no Brasil partindo-se de uma análise feita pelo autor sobre o processo de desenvolvimento no sistema capitalista.

Para isso fez-se, em um primeiro momento, a compreensão da formação do capitalismo brasileiro a partir da Revolução dos anos de 1930, tendo como referência uma de suas principais obras intitulada “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, onde é possível constatar que o sistema capitalista no Brasil contribuiu significativamente na produção das desigualdades sociais, gerando a acumulação de capital e um “exército de reserva” industrial. Neste diapasão ganha força a relação entre burguesia e o proletariado, conforme veremos a seguir.

A partir da análise feita por Chico é possível compreender a lógica do capitalismo sob a égide de uma nova divisão social do trabalho e novas relações de classes, antes mesmo de ser um problema externo ou de “oposição entre nações” o “desenvolvimento ou o crescimento diz respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 1972, p. 8), onde se obriga os dominados (proletariado) a um esforço descomunal para superar a desigualdade social implementada pelo sistema capitalista.

No tópico seguinte, tomando como base o mesmo texto acima citado, em conjunto com outras obras do autor, explicita-se algumas características do subdesenvolvimentismo no Brasil. Segundo Chico de Oliveira, a questão do desenvolvimento está diretamente ligada ao processo de industrialização, onde países chamados de “modernos” são os países que possuem alta tecnologia, estes se desenvolvem a partir da exploração de recursos primários dos países subdesenvolvidos ou então os chamados por alguns, equivocadamente, de países “atrasados”.

Por fim, elaboramos um tópico que irá tratar especificamente de questões ligadas ao Desenvolvimento Regional/Local. Neste tópico será possível constatar conceitos de região apresentado por Chico e a forma como a questão regional é compreendida por ele apontando como o processo de reprodução do capital influencia na questão da regionalização.

A questão regional/local foi fortemente discutida, mais especificamente, a partir das décadas de 50 e 60, e foram pautadas em experiências ocorridas no nordeste e centro-sul brasileiro. No período da ditadura, a questão regional deixa de ser considerada uma questão nacional. Principalmente após a derrota das forças sociais e políticas com o golpe de 1964, a questão regional deixa de existir e passa a

ser “rebaixada a planos administrativos, banhadas em crocodílicas lágrimas de gerais-presidentes nas épocas das secas” (OLIVEIRA, 1993, p. 43).

2 A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO A PARTIR DA CRISE DE 1930.

O mundo emerge da 2^o guerra mundial com um problema crucial que foi o de reconstruir os países derrotados e evitar a expansão socialista nos países desenvolvidos. Essa reconstrução não só desvia recursos que poderiam ser aplicados nos países não-industriais do sistema capitalista como também consolida nos países devastados as raízes capitalistas, com economia centrada na indústria e comércio de manufaturados. Sobra neste cenário, aos países não-industriais, por muito tempo, o papel de fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas.

No Brasil, após a revolução industrial de 30, a industrialização passa a ser o carro chefe da economia, marcando o fim da hegemonia agrária-exportadora e o início da estrutura produtiva urbana-industrial. Pela análise de Oliveira (1973), observa-se que o capitalismo se desenvolve e a relação entre o trabalho e capital, ou seja, entre a burguesia e o proletariado ganha força. A implementação do salário mínimo, visto hoje como dívida, no capitalismo, surge visando garantir nada mais do que a reprodução da classe operária. Partindo-se desta perspectiva, o salário mínimo é compreendido como ‘salário de subsistência’.

Ainda no capitalismo, para que aconteça a mudança da economia agrária exportadora para a industrializada, há que se ter, em primeira instância, a acumulação de capital. No Brasil, a acumulação foi subsidiada, inicialmente, pelo café. Entretanto, não foi só o lucro cafeeiro, que contribuiu nesse “rito” de passagem, outros produtos como o carvão, por exemplo, foram necessários, além de mão de obra barata e abundante, determinada, principalmente pelo ‘exército de reserva’, explicitado por Marx.

As leis trabalhistas desenvolveram-se com a intenção de sempre manter um ‘exército de reserva’ abundante e disponível, visando livrar os empresários da concorrência perfeita, no qual eles devessem competir pelo uso de mão de obra qualificada e da legislação trabalhista que igualava reduzindo o preço da força do

trabalho do campesinato, forçando, assim, uma migração da agricultura exportadora para a industrialização.

O Estado, por sua vez, opera, neste momento, visando a transferência dos recursos e ganhos para as empresas industriais através da regulação da força de trabalho no campo, investindo em infraestrutura nas cidades, impondo o confisco cambial ao café exportado, subsidiando importações de equipamentos para a indústria e expandindo “crédito a taxas de juros negativas reais” (OLIVEIRA, 1973, p. 14).

O crescimento industrial e de serviços se desenvolve de duas formas: em primeiro lugar, com o acúmulo do ‘exército de reservas’ ocorre uma redefinição das relações capital-trabalho e a mão de obra fica mais barata, conseqüentemente, amplia a acumulação de capital. Em segundo lugar, com a alta oferta de alimentos, derivada da abertura das fronteiras “externas” e “internas”¹, o custo da reprodução da força de trabalho urbana, diretamente influenciada pela agricultura decai, novamente ampliando o ganho de capital industrial.

Em suma, distribuem-se terras a população visando a produção agrícola para a comercialização externa (ganho de capital) e interna (subsistência dos primeiros operários). Os excedentes destas se voltam às cidades, através dos incentivos anteriormente citados. Basicamente, a agricultura financia a industrialização, visando sempre a acumulação e não o consumo. A indústria produziu em primeiro lugar os bens de consumo não duráveis, destinados à classe operária, de baixo poder aquisitivo e em segundo lugar os bens de consumo duráveis, intermediários e de capital, onde a elite teria fácil acesso.

Visando sempre manter um ‘exército de reserva’ urbano elevado, a economia em si, condicionou uma concentração de renda, da propriedade e do poder no processo de industrialização. Já o setor de serviços, por sua vez, ampliou-se com a força de trabalho barata, criado para atender às demandas da própria expansão industrial (populações de baixo poder aquisitivo), uma vasta gama de serviços: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e *ateliers* de serviços pessoais (OLIVEIRA, 1972).

¹ [...] tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas”, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário (OLIVEIRA, 1972, p. 16).

Assim, a economia passou a ser o tipo de relação de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria (mão de obra). Segundo Oliveira (1972), no caso brasileiro, a implementação das relações de produção, consistiria em reproduzir uma “periferia” onde predominam padrões informais de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação dos setores industriais, que são, a longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e produção do sistema.

O período Kubitschek reforça a aceleração de acumulação do capital através do acesso aos recursos externos. O Estado não entrou comprando tecnologia, *know how* do exterior. O capital estrangeiro entra nos chamados ramos “dinâmicos” da economia, de certa forma, “controlando” a expansão destes. A incorporação rápida da tecnologia mais avançada fará com que a produtividade dê enormes saltos, potencializando a reprodução de capital, acumulação e conseqüentemente a concentração de renda, acarretando no aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Este é um dos fatores pré-condicionantes da crise de 1964, mas não o único. Segundo Oliveira,

[...] o custo de reprodução da força de trabalho urbano tinha no custo dos produtos agrícolas um importante componente; elevando-se mais rapidamente que esses, os preços dos produtos industriais transmitiam-lhes inflação, o que provocava erosão no salário real e elevação do custo de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, a própria elevação dos preços dos produtos industriais elevava o custo dos componentes industrializados que já faziam parte da “cesta” básica de consumo das classes trabalhadoras urbanas. Esse duplo movimento aumentava o custo de reprodução da força de trabalho urbano e ao mesmo tempo erodia os salários reais. (OLIVEIRA, 1972, p. 53).

A crise ocorre no nível das relações de produção de base urbano-industrial, tendo como sustentação a distribuição desigualitária dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Serão os trabalhadores urbanos que darão fim ao regime populista, já que eles, não somente não participavam dos ganhos, como também viam seu poder de compra deteriora-se:

A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em polos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados num pacto de classes. A

luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. (OLIVEIRA, 1972, p.59).

No pós-crise de 1964, busca-se a contenção da inflação para retomar os investimentos públicos e privados. O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) da ditadura acaba em recessão até 1967. O motivo deriva da causa erroneamente levantada: achavam que estavam diante de uma inflação de demanda; logo, represaram os meios de pagamentos e os gastos governamentais, ocasionando uma recessão. Com o erro, abandonam a estratégia e passam ao oposto: aumento do crédito, aumento dos gastos do governo e estímulo à demanda.

O resultado foi uma reforma fiscal em que os impostos indiretos crescem mais que os diretos, um controle salarial mais estrito e a estruturação do mercado de capitais que permitisse a fluidez dos excedentes econômicos. Em suma,

[...] a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da FT^2 não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, sancionando, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos anteriores, de fuga aos limites estreitos da lei da usura. A circulação desse excedente compatibiliza os altos preços dos produtos industrializados com a realização da acumulação, propiciada por um mercado de altas rendas, concentrado nos estratos da burguesia e das classes-médias altas. (OLIVEIRA, 1972, p. 60)

Os lucros excedentes dirigiam-se ao mercado financeiro, para a aplicação em papéis que serviam para uns como aumento de renda, e a outros para viabilizar a expansão da sua empresa e o controle sobre outras áreas e setores da economia.

No entanto, os excedentes não circulavam como deviam entre as unidades. Para que as aplicações no mercado de capitais não concorram com as aplicações na indústria produtiva, é necessário que as taxas de lucro do mercado financeiro se aproximem das taxas de lucro real; no entanto, esta operação é arriscada, visto que as baixas das cotações das bolsas afugentam os investidores, que acabam por diminuir a liquidez da empresa, caindo a retenção de papéis de rentabilidade. O governo mantém em alta as bolsas de valores, evitando a fuga de capital e melhorando a liquidez das

² FT (Força de Trabalho)

empresas, que acaba inviabilizando o mercado de fluir os recursos ociosos de uma unidade para a outra.

Assim, ocorre novamente acumulação de renda por poucos. O pequeno aumento de renda que há na classe média daquela época decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição destas na cadeia de produção industrial. A própria evolução da economia capitalista no Brasil na época, levava a uma situação de crise mais latente, onde a produção voltada para “fora”, a concentração de renda e a disparidade social são muito mais vulneráveis do que foram no período anterior ao estrangulamento do setor externo e a debilidade da poupança.

3 O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E DESIGUALDADE NO SISTEMA CAPITALISTA

A conceituação de desenvolvimento e subdesenvolvimento, como formação história-econômica, foi construída em torno da oposição formal equivocada de “moderno” e “atrasado”, onde os Estados “modernos” crescem e se alimentam da existência dos Estados “atrasados”, respectivamente.

Na perspectiva de Oliveira (1972), o subdesenvolvimento nada mais é que uma “expansão” do capitalismo nos países desenvolvidos, perdendo-se aqui a característica história de subdesenvolvido com o “atrasado”, já que ele é parte do capitalismo mundial, principalmente dos países já industrialmente desenvolvidos, inseridos pela divisão internacional do trabalho. Assim, cabe aos países subdesenvolvidos fornecer a mão de obra barata, bem como os insumos de baixo valor agregado, aos países desenvolvidos, limitando, portanto, a passagem do “subdesenvolvido” ao “desenvolvido” e reforçando a dependência em ambos.

O subdesenvolvimento é uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista mundial e a articulação dos interesses de uma elite interna, vinculada aos interesses do capital externo. Desta forma

O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como

exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada³ (OLIVEIRA, 2003a, p. 131).

No estado de exceção, o trabalhador desempregado, que faz parte do ‘exército de reserva’, busca renda no trabalho informal e/ou trabalho sem forma – nota-se aqui que o proletariado está desempregado, mas não desocupado –, como se observa nas grandes metrópoles os vendedores de frutas nos semáforos diluindo os restos das feiras, os abundantes contrabandistas de mercadorias oriundas do Paraguai em bancas de ruas e vendedores ambulantes.

Assim, o ‘exército de reserva’ e a pobreza passam a ser funcionais ao sistema capitalista, já que nenhuma das mercadorias transacionadas por estes provém de produção artesanal, mas sim de produtos já industrializados. Portanto, “são produtos não do ‘atraso’, mas da forma pela qual o capitalismo no Brasil soube aproveitar e refuncionalizar a seu favor o desemprego, a miséria, a migração campo-cidade, e hoje migrações dentro da própria cidade”⁴.

Segundo Oliveira (2003b) o que ocorreu no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos foi um capitalismo tardio causado pela coerção estatal, ou seja, a coerção de um Estado autoritário. Embora outros países, como Alemanha e Itália que, assim como no Brasil, tiveram um estado autoritário, conseguiram se tornar democracias exemplares e varreram com a desigualdade, de forma que hoje comparecem entre os países capitalistas mais igualitários existentes, diferentemente do Brasil que ainda mantém-se em um patamar altíssimo de desigualdade social.

Impossível pensar o sistema capitalista sem a utilização de recursos públicos. Conforme afirma Oliveira (1988, p. 08) “o fundo público, em suas diversas formas passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais”.

O caso de regionalização do nordeste a partir da criação da SUDENE tem uma significativa contribuição para a compreensão da atuação do Estado no processo de acumulação de capitais no Brasil, pois assim como ocorreu a utilização dos fundos públicos no nordeste, na expansão econômica, também ocorreu em todo o Brasil,

³ Sobre mutirão e autoconstrução ver OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. São Paulo: CEBRAP, 2006.

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=TexQqHyclV0>

sendo algumas das principais formas de utilização de fundos públicos os recursos da União aportados através das empresas estatais; as isenções concedidas pelos governos estaduais e municipais (ICM e imposto sobre serviços); as isenções concedidas por outros organismos de coordenação e planejamento, como o CDI-Conselho de Desenvolvimento Industrial, para casos de importação de equipamentos sem similar nacional; os recursos na forma de participação acionária através do BNDES; os financiamentos do BNDES e do BNB, a taxas favorecidas; o financiamento do Banco Nacional de Habitação/Banco Mundial, para infra-estrutura industrial e saneamento (OLIVEIRA, 1990).

Assim, o Estado induzido pela lógica de mercado investe recursos públicos onde não há um retorno à altura do investimento, ou seja, concentra o capital nas mãos de poucos. Nas palavras de Chico de Oliveira (1990, p. 72) “O Estado perde a capacidade de distinguir entre interesses públicos e privados”. Ocorre, dessa forma, a chamada privatização do público e, em consequência, a população geral sofre pela escassez de recursos públicos ou de políticas públicas que atentem para questões como, saúde, educação, transporte público, dentre outros.

A sociedade capitalista brasileira possui tantas núncias e é tão desigual que Chico de Oliveira a compara com um ornitorrinco⁵. Assim segundo o autor o ornitorrinco, ou seja, a sociedade brasileira é,

Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução industrial completo, avançado, tatibitante, pela terceira revolução, a molecural-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo de extratos pobres. Um sistema bancário ainda atrofiado, embora acapare (*sic*) uma alta parte do PIB - % -, quando se o compara

⁵ S.m. (Do gr. *Ornis*, *ornithos*, ave + *Rhynchos*. Bico) *Ornithorhynchus anatinus*. Mamífero monotremo, da subclasse dos proptotérios, adaptado à vida aquática. Alcança 40cm de comprimento, tem bico córneo, semelhante ao bico de pato, pés espalmados e rabo chato. É ovíparo. Ocorre na Austrália e na Tasmânia. (Família do ornitorrinquídeos).

Encicl. O ornitorrinco vive em lagos e rios, nas margens dos quais escava tocas que se abrem dentro d'água. Os filhotes alimentam-se lambendo o leite que escorre dos pelos peitorais da mãe, pois esta não apresenta mamas. O macho tem um esporão venenoso nas patas posteriores. Este animal conserva certas características reptilianas, principalmente uma homeotermia imperfeita. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**, vol. 18, Ofa-Per, São Paulo, Nova Cultura, 1998.

internacionalmente. Em termos da PEA ocupa, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de setenta do século passado, mas decrescente também, e explosão continuada do emprego nos serviços. Mas esta é a descrição de um animal cuja evolução seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é quase *homo sapiens!* (OLIVEIRA, s/a, p. 09)

Percebe-se, portanto, que Francisco de Oliveira faz uma enorme crítica ao processo de implementação do sistema capitalista no território, pelo fato deste ter gerado e ainda vem produzindo tamanhas desigualdades em todos os setores, principalmente no que se refere às desigualdades sociais. Este assunto será abordado com maior ênfase no tópico seguinte, onde se faz uma análise da questão do desenvolvimento regional local no Brasil.

4 A QUESTÃO REGIONAL

Sobre a Questão Regional, Chico de Oliveira apresenta importantes reflexões tendo em vista que privilegia o conceito de região fundamentado “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 1985, p. 27).

Este processo de reprodução do capital se dá, para Oliveira, de forma desigual e combinado e, de acordo com sua perspectiva, uma região é entendida como “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social” (idem, p. 29).

Assim, as regiões se diferenciam entre si, na medida em que são várias as formas de reprodução do capital onde a especificidade de cada região completa-se em um quadro de aproximações que engloba outras regiões, cujas características são próprias da divisão regional do trabalho. As regiões, no interior do capitalismo são ‘espaços socioeconômicos’ onde “uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e

forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica” (idem, p.30). Desta forma, o conceito de região apresentado por Oliveira se caracteriza por ser econômico e político e, por sua natureza é dinâmico, pois está fundamentado no movimento de reprodução do capital e das relações de produção.

É na reprodução do capital que podem ser observadas as ‘especificidades regionais’, muito bem identificadas por Oliveira, por exemplo, no seu relato histórico das relações entre as regiões nordeste e centro-sul do Brasil. Segundo ele, o desenvolvimento industrial da região de São Paulo

[...] começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo pelas suas relações com o exterior (OLIVEIRA, 1985, p. 74).

Esta região passa a comandar o crescimento do capitalismo brasileiro e, juntamente com esta expansão, ocorre, mediante ciclos sucessivos, a destruição de outras economias regionais. ‘Esse movimento dialético’, prossegue Oliveira (1985, p. 76), “*destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras ‘regiões’ para centralizar o capital”. Entretanto, há de se destacar que, essa destruição é, efetivamente, uma das formas da expansão do capitalismo em âmbito nacional. Assim, a estagnação das economias regionais é na verdade, uma nova forma de ampliação do capital e, foi exatamente isso o que se sucedeu na relação entre as regiões nordeste e centro-sul do Brasil, explicitado por Chico de Oliveira,

Quanto às relações entre a ‘região’ Centro-Sul comandada por São Paulo e o ‘Nordeste’, tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no ‘Nordeste’: são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos ‘Nordestes’, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da ‘região’ em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor (Oliveira, 1985, p. 76).

Sob este arcabouço teórico do método dialético, desenvolvido por Chico de Oliveira, é possível compreender como se forma o desenvolvimento regional desigual no capitalismo brasileiro⁶.

É, então, a partir desta perspectiva mais ampla de desenvolvimento regional que Oliveira nos apresenta a definição de desenvolvimento local que, além de considerar um conceito polissêmico, ele não se contenta com a definição apresentada pela ONU que relaciona o desenvolvimento local com a noção de desenvolvimento humano, pois, ele não é suficiente diante de toda a sua complexidade. “Esse procedimento nos aproxima muito do alvo, mas não é, ainda, suficiente” diz Oliveira (2001, p. 11), tendo em vista a necessidade de se incluir pelo menos duas dimensões necessárias para a sua compreensão: uma dimensão diz respeito à sua especificidade histórica, na medida em que, seguindo a trilha do conceito do subdesenvolvimento, o não-desenvolvimento local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo. Desta dimensão tem-se a seguinte consequência: o desenvolvimento local não será o elo em uma cadeia de desenvolvimento total. A outra dimensão é a da cidadania, que deve ser a âncora do desenvolvimento local ou então, “ele será apenas sinônimo de uma certa acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos” (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Em sua perspectiva, o desenvolvimento local deve ser pensado para além do ponto de vista neoliberal que reduz a cidadania ao não-conflito, a harmonia, a paz social. Nesta perspectiva o desenvolvimento local é apresentado como capaz de sanar os problemas da sociedade excluindo, assim, a complexidade inerente ao desenvolvimento. Para Oliveira, o verdadeiro desafio do desenvolvimento local é, exatamente, dar conta desta complexidade. Neste sentido, “a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de ‘governo local’” (Idem, p. 14), cuja efetivação

⁶ O desenvolvimento desigual é um fenômeno do capitalismo e, por isso, varia de acordo com ele. Tanto é que assume maior velocidade com a Revolução Industrial e toma escala global quando o capitalismo torna-se globalizado, ou seja, alcança todas as escalas do globo (THEIS, 2009). Entretanto, a origem da noção de desenvolvimento desigual, remete aos escritos de Lênin, adquirindo maior importância na obra de Trotsky. A lei do desenvolvimento desigual pode ser utilizada tanto para compreender as transformações das formações, quanto as contradições econômicas e sociais dos países capitalistas periféricos. Neste contexto a tentativa dos países periféricos de alcançar aos países desenvolvidos levou ao desenvolvimento desigual (THEIS, MOSER e VARGAS, 2012).

se dá através do orçamento participativo, diretamente ancorado na cidadania 'participativa'.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado em relação às contribuições de Francisco de Oliveira para a questão do desenvolvimento regional, pode-se constatar que a questão regional no Brasil deixa de ser uma questão nacional e passa a se fragmentar no território. Seu principal marco se dá a partir da Revolução de 1930 com o regionalismo do nordeste e centro-sul brasileiro, mais precisamente na região centro-sul que, neste período, sediava o poder industrial.

O Estado pautado em uma lógica de mercado do sistema capitalista, não tem uma contribuição para o desenvolvimento social igualitário, ao contrário, ele incentiva a acumulação do capital e cria um 'exército de reserva' industrial, que constitui em mão de obra mais barata e que não gera, desta forma, concorrência entre os empresários.

Assim, a 'financeirização' do capitalismo com a combinação do trabalho barato gerou o fenômeno da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo provocando efeitos negativos em toda a América Latina.

Do ponto de vista neoliberal, o desenvolvimento local é apresentado como um emplastro capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Desta feita, Chico de Oliveira nos apresenta a Reforma Política, pautado nas especificidades regionais locais, assim como, o orçamento participativo, como possíveis soluções para a resolução das desigualdades geradas pelo sistema capitalista desordenado que perdura no Brasil, pois segundo o autor a política é um caminho transformador que tem em seu âmago o poder de reformar a sociedade, somente uma política que possa interferir na economia de um país é capaz de trazer grandes mudanças no setor social, porém, esta, encontra-se hoje refém da economia, ou seja, os governos estão submetidos aos constrangimentos da economia. Isso se torna obstáculo, inclusive para as questões regionais, uma vez que a economia já está pautada em uma distribuição desigual do capital.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Francisco M. C. de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP, v. 2, 1972. Disponível em:
<http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf>
. Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 4 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O surgimento do antivalor**: capital, força de trabalho e fundo público. São Paulo: Novo Estudos, n. 22, out. 1988. Disponível em:
<http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/56/20080623_o_surgimento_do_antivalor.pdf> Acesso em 11 mai. 2015.

_____. **A metamorfose da arribação**: fundo publico e regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. São Paulo: Novos Estudos, n. 27, jul. 1990. Disponível em:
<http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/61/20080624_a_metamorfose.pdf> . Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **A questão regional**: a hegemonia inacabada. São Paulo: Novos Estudos, 7(18), 1993. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200003>.
Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1144/1144.pdf>>. Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **Crítica à Razão Dualista**: o ornitorrinco. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

_____. **O estado e a exceção ou o Estado de exceção?**. Belo Horizonte: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, mai. 2003b. Disponível em:
<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/84>>. Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **O vício da virtude**: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n. 74, mar. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100005&script=sci_arttext>.
Acesso em 11 de mai. 2015.

_____. **O ornitorrinco**: de Darwin a Prebisch/Furtado. Disponível em:
<www.cefetsp.br/edu/geo/ornitorrinco.rtf>. Acesso em: 11 de mai. de 2015.

THEIS, I. M.; MOSER, A. C.; VARGAS, D.; **Desenvolvimento Geográfico Desigual e Planejamento em Santa Catarina**: a política catarinense de Ciência, tecnologia e inovação. Textos de Economia, V.15, nº 1. UFSC: Florianópolis, 2012.